



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL



**FATOS E DADOS
SOBRE O BRASIL
DO REAL**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL

BRASÍLIA
1995

Brasil. Presidente, 1995— (F.H. Cardoso)

Fatos e dados sobre o Brasil do real. — Brasília :
Presidência da República, Secretaria de Comunicação So-
cial, 1995.

16p.

Dados sobre o Plano Real fornecidos pelo Banco Cen-
tral do Brasil.

1. Real (Moeda) — Brasil. 2. Política Económica —
Brasil. 3. Plano Real — Brasil. I. Cardoso, Fernando Hen-
rique, Presidente do Brasil, 1931— . II. Título.

CDD 338.981

Em um ano de real, a inflação caiu de 50 % ao mês para 2%.

Em junho de 1994, a inflação, medida pelo IPC-FIPE, foi de 50,75%. Em maio de 1995, os preços em reais subiram apenas 1,97%. Ainda mais, nos cinco primeiros meses do ano passado os preços subiram 484%. No mesmo período de 1995, somente 8,9%. Desde 1973 não temos um resultado tão positivo. Quando você recebe reais, não precisa mais sair correndo para gastar ou aplicar no banco.

Uma moeda forte como o real não perde valor todos os dias e você pode planejar melhor sua vida.

A cesta básica custa hoje menos que há um ano.

A cesta básica é composta por 31 produtos, contemplando alimentação, higiene pessoal e limpeza doméstica. No dia primeiro de julho de 1994, a cesta básica custava 106,95 reais. Em 20 de junho de 1995, a mesma cesta custava 101,82 reais. Quem calcula o preço da cesta básica é o DIEESE, uma organização sindical, e os PRO-CONs, que são serviços de proteção ao consumidor.

O preço da energia elétrica não aumentou.

Se sua conta de luz aumentou, provavelmente você está consumindo mais energia, pois o preço da energia elétrica não aumentou. O preço de vários outros serviços públicos fornecidos pelo governo, como o telefone (44 centavos pela assinatura básica) e a carta simples (12 centavos), também não aumentou.

Os combustíveis tiveram seus preços reduzidos.

A gasolina, o álcool carburante e o óleo diesel até diminuíram um pouco. Na capital paulista, o preço da gasolina caiu de R\$ 0,561 no início do real para R\$ 0,539 atualmente. O preço do álcool, de R\$ 0,446 para R\$ 0,429, e o preço do óleo diesel, de R\$ 0,351 para R\$ 0,349. Nas demais regiões do País, observou-se comportamento semelhante nos preços desses produtos.

Houve uma grande distribuição de renda.

Antes do plano, as pessoas de renda mais baixa ficavam totalmente desprotegidas, uma vez que as elevadas taxas de inflação corroíam rapidamente os seus salários. Quando o salário era recebido, os preços já tinham aumentado. Devido ao salário menor, estes trabalhadores não possuíam conta bancária remunerada, enquanto que as classes de renda mais elevada protegiam-se aplicando seus ganhos na chamada "ciranda financeira", onde a correção monetária era tão significativa que muitas vezes lhes permitia pagar suas contas apenas com parte desta correção. Após a implementação do Plano Real, os preços permaneceram estáveis, evitando a perda de renda das classes menos favorecidas.

O salário mínimo aumentou.

O salário mínimo valia R\$ 64,79 ou 69,33 dólares no mês da introdução da nova moeda. Em setembro, foi reajustado para R\$ 70,00, equivalente a 79,5 dólares. Em maio, por determinação do Presidente da República, o salário mínimo foi fixado em R\$ 100,00, o que equivale atualmente a pouco mais de 100 dólares.

O preço da passagem de ônibus não subiu desde julho do ano passado.

Apesar do recente aumento nas passagens de ônibus, é bom lembrar que o preço da passagem de ônibus não aumentou durante 11 meses.

O comércio vendeu mais após a introdução do real.

Nos últimos doze meses terminados em abril, o faturamento do comércio em São Paulo cresceu, já descontada a inflação, 18,3%. Para esse resultado, contribuiu o aumento de mais de 50% nas vendas de bens de consumo duráveis (carros, televisores, equipamentos de som, fogões, geladeiras, eletrodomésticos etc.) e nas de bens de consumo semi-duráveis (roupas, tecidos e calçados) em mais de 20%.

A produção industrial aumentou 15%.

Nos quatro primeiros meses de 1995, a produção industrial aumentou 15%. O crescimento da produção de bens de consumo duráveis foi de mais de 20% neste período. Mais espetacular ainda foi o crescimento da produção de bens de capital, que são máquinas e equipamentos utilizados para produzir outros bens. A produção aumentou 30% de janeiro a abril de 1995, em relação aos quatro primeiros meses do ano passado. Isso significa que as empresas estão investindo e que, portanto, serão criadas novas oportunidades de emprego e haverá maior oferta de produtos para a população.

As importações de bens de capital cresceram.

As importações de bens de capital cresceram 64% nos dez primeiros meses do Plano Real, o que é um sinal bastante positivo, pois quer dizer que os empresários nacionais estão aumentando a sua capacidade de produção para atender aos consumidores e para aumentar os produtos a serem exportados. O aumento da oferta de produtos aprofunda a concorrência entre os produtores, provocando queda nos preços, beneficiando os consumidores.

E cresceram também as importações de bens de consumo.

Anteriormente ao plano, quase não havia produtos importados disponíveis ao consumidor brasileiro. Com a abertura da economia, houve redução do imposto sobre importação e atualmente pode-se comprar praticamente qualquer tipo de produto produzido

no exterior. Como consequência, melhorou a qualidade e baixou o preço dos produtos nacionais devido à concorrência dos importados. Encontram-se nas prateleiras dos supermercados bens de consumo produzidos em todo o mundo a preços competitivos.

A produtividade da indústria brasileira aumentou .

A produtividade da indústria paulista, medida pela produção industrial dividida pelo número de horas trabalhadas, elevou-se em 11% em 1994 e continua crescendo. Nos três primeiros meses deste ano, apresentou aumento de 13%, em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Além disso, a indústria brasileira tornou-se mais competitiva, graças ao aumento da qualidade de seus produtos.

A indústria automobilística melhorou muito a qualidade de seus produtos com a abertura da economia.

Em um período de quatro anos (1990-94), a indústria automobilística lançou mais modelos do que em toda a sua história no País. A idade média de *design* foi reduzida de 11,4 anos em 1990, para 7,2 anos atualmente. A qualidade dos veículos também melhorou, pois foi possível incorporar, em seu processo produtivo, componentes, principalmente microeletrônicos, cuja importação era vedada, devido à reserva de mercado da informática, antes existente.

Os empresários estão investindo em máquinas e equipamentos.

A taxa de investimento em relação ao total do produto brasileiro passou de 13,7% em 1992 para 16,3% em 1994 e 17,1% nos três primeiros meses de 1995. Isto mostra que o Brasil deverá continuar crescendo nos próximos anos.

Em 1995, a safra agrícola será a maior de todos os tempos.

Estão sendo produzidas 80,3 milhões de toneladas de grãos. As pessoas poderão consumir mais alimentos sem pressionar os preços. O preço do arroz agulhinha no atacado, por exemplo, caiu

de R\$ 11,24 a saca de 50kg, em 27 de junho de 1994, para R\$ 9,25 em 19 de junho deste ano. O feijão cariquinho, de R\$ 29,00 a saca de 60kg para R\$ 21,70 e a carne bovina, suína e de frango ficaram mais baratas.

O desemprego diminuiu.

Em épocas de estabilização de preços, pode haver recessão e aumento do desemprego. No nosso caso, a taxa de desemprego caiu da média de 5,46% no primeiro semestre de 94 para 4,66% no segundo. Nos primeiros quatro meses de 1995, a taxa média de desemprego caiu ainda mais, situando-se em 4,36%; e a produção continua crescendo.

O emprego aumentou.

De maio do ano passado a abril deste ano, foram criados 270 mil novos empregos, de acordo com os dados do Ministério do Trabalho. Apenas nos quatro primeiros meses de 1995, foram admitidos 139 mil trabalhadores.

O salário aumentou.

O aumento da produtividade tem possibilitado aumento do salário real do pessoal empregado na indústria. Na indústria de São Paulo, por exemplo, o salário real por trabalhador aumentou 8,6% desde o início do plano real.

Em julho de 1994, o real valia mais do que o dólar. Hoje também.

No primeiro mês do plano, com um real você comprava 1,07 dólares. Quase um ano depois o real não perdeu seu valor. Isso fez com que os produtos importados ficassem mais baratos, possibilitando sua compra por um maior número de pessoas. As importações aumentaram 64% em 11 meses.

Os juros estão altos, mas já começaram a cair.

Juros altos servem para atrair capitais e manter os preços sob controle. Na medida em que a ameaça de aumento de preços deixa de existir, os juros poderão baixar, como já está começando a acontecer. A taxa básica de juros já caiu de 4.26% ao mês para 4.04%.

A balança comercial deve equilibrar-se em breve.

Durante muito tempo, as importações do Brasil foram muito controladas. Com a abertura da economia, os brasileiros passaram a poder comprar todo tipo de produtos estrangeiros. A concorrência dos produtos importados exigiu a melhoria dos produtos nacionais e ajudou a baixar os preços. A possibilidade de comprar produtos importados mais baratos, inclusive pelo correio, levou a uma expansão exagerada das compras externas, que ultrapassaram as exportações, provocando déficit na balança comercial. Assim, o Governo precisou adotar medidas para conter as importações de alguns produtos até equilibrar novamente o resultado do comércio exterior. Essas são medidas setoriais que não representam um retrocesso no processo de abertura da economia brasileira.

Os investidores internacionais estão acreditando no Brasil.

Os investimentos diretos estrangeiros, que ampliam a capacidade produtiva do País, cresceram 155% em 1994. E continuam crescendo. Os capitais antes aplicados nas bolsas de valores, que haviam saído com a crise mexicana, já retornaram, demonstrando a confiança do investidor no programa de estabilização brasileiro. Adicionalmente, vem ocorrendo ampliação dos créditos de mais longo prazo, que também estimulam a produção e criam novos empregos internos.

O combate à sonegação de impostos tem dado resultados.

A média mensal de arrecadação passou de R\$ 5,9 bilhões no primeiro semestre de 1994 para R\$ 6,4 bilhões no segundo semestre e atingiu R\$ 6,7 bilhões nos primeiros quatro meses de 1995, apesar de o imposto sobre transações financeiras (IPMF) não mais ser cobrado desde o início do ano em curso. Este é o resultado de um crescente esforço no combate à sonegação e do aumento da atividade econômica.

O programa de privatização proporcionará ao setor público maior eficiência.

Com a ampliação das privatizações e a flexibilização dos monopólios mantidos em mãos do Estado, os interesses da sociedade brasileira passam a ser melhor atendidos. O programa de privatização é, desta forma, de fundamental importância para a consolidação da estabilidade monetária, pois permitirá que o Governo concentre seus recursos orçamentários em atividades diretamente ligadas ao bem-estar da população, como saúde, saneamento e educação, pois os serviços prestados atualmente à população necessitam ser melhorados. Assim, o Governo, que não tem recursos para os grandes investimentos que as empresas exigem para se manterem competitivas no mundo moderno, está vendendo-as ao setor privado. Quando da venda de uma empresa, o Governo recebe uma parte em dinheiro e outra em “moeda de privatização”, que é um título do Governo, o que significa redução da dívida do Governo. Outra vantagem da privatização é a transferência para o comprador das dívidas das empresas vendidas.

O Governo passa a ter mais recursos, com a venda de suas empresas.

Nas vendas de empresas do Governo efetivadas após o real, foram recebidos R\$ 409 milhões em moeda corrente e R\$ 308 milhões em moeda de privatização, além de serem transferidos para

os compradores R\$ 300 milhões em dívidas. Para o segundo semestre de 1995, está prevista a venda de mais 18 empresas, entre elas a Centrais Elétricas do Espírito Santo, o Banco Meridional e a Light.

As obras inacabadas vão ser concluídas.

Em 13 de fevereiro de 1995, foi votada a Lei nº 8.987, a chamada "Lei das Concessões", que permite transferir ao setor privado serviços públicos prestados pelos Governos federal, estaduais e municipais, com prioridade para energia elétrica e transportes rodoviários e ferroviários, fato que vai permitir que várias obras inacabadas sejam concluídas (exemplo: usinas hidrelétricas) e a rápida recuperação de várias estradas e ferrovias.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

Apoio Institucional
Banco Central do Brasil

Edição comemorativa do primeiro ano de implantação do
Plano Real
1º de julho de 1995

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1995, COM UMA TIRAGEM
DE 2.000 EXEMPLARES

